



GUIAS ALIMENTARES E OS DESAFIOS DA NUTRIÇÃO NA GARANTIA DO DIREITO A ALIMENTAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA CASA VIDHA

RENATA RODRIGUES FERNANDES; ANNY MAIZA VARGAS BRASIL; ROSIMAR HONORATO LOBO

RESUMO

O relato de experiência aborda a evolução do conceito de segurança alimentar desde a origem até os dias de hoje, destacando a importância do acesso a alimentação adequada e o direito da população à alimentos e resalta a categorização da insegurança alimentar em níveis leve, moderado e severo. Apesar do direito constitucional à alimentação, a população enfrenta negações sistemáticas desse direito, privada do acesso a uma alimentação adequada. O relato de experiência tem como objetivo narrar a observação da acadêmica de Nutrição na Atividade de Extensão proposta pela Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) na Instituição sem fins lucrativos Casa Vhida que atende pessoas que vivem com HIV/AIDS e em insegurança alimentar no Amazonas. As visitas realizadas a instituição Casa Vhida tiveram o intuito de promover a educação e saúde da população atendida sobre seus direitos à alimentação e a melhores escolhas alimentares de acordo com o Guia da População Brasileira, além da conscientização sobre doenças adquiridas não transmissíveis que podem estar relacionadas as escolhas alimentares. O resultado desse relato discute como os determinantes sociais e a pobreza estão ligados a incidência de casos de HIV/AIDS no país e relaciona a importância do acesso a alimentação equilibrada que colabora para a redução de agravos da doença. A atividade de extensão proporcionou uma reflexão profunda sobre complexidade da segurança alimentar e vulnerabilidade social enfrentada pelas pessoas atendidas na Instituição Casa Vhida.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Insegurança Alimentar; Determinantes Sociais; HIV/AIDS.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), o conceito de segurança alimentar teve sua origem na Europa durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), emergindo da preocupação com a produção de alimentos em cada país, visando reduzir os riscos de vulnerabilidade diante de possíveis problemas comerciais com outras nações. No entanto, foi somente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que esse conceito ganhou maior relevância, impulsionado pelo contexto de guerra e pelo receio relacionado à produção alimentar. Além disso, a consolidação desse conceito foi fortalecida com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, que reconheceu o direito de toda a população a uma alimentação adequada (LEÃO et al., 2013).

Contudo, de acordo com Sathler (2022) o direito fundamental à alimentação adequada encontra-se consagrado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, sendo sua delimitação expandida por meio de dispositivos adicionais do Direito Internacional, a exemplo do artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, bem como o do

Comentário Geral nº12 emitido pela Organização das Nações Unidas (ONU). No âmbito brasileiro, como resultado de um extenso processo de mobilização social, foi promulgada em 2010 a Emenda Constitucional nº64, a qual incorporou a alimentação ao rol dos direitos sociais elencados no artigo 6º da Constituição Federal. Entretanto, é importante salientar que essa inclusão normativa não implica automaticamente na garantia efetiva desse direito, constituindo, até os dias atuais, um desafio persistente que demanda enfrentamento e, por vezes, é sujeito a negligência.

De acordo com dados da Rede de Pesquisa Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) em 2022, a realidade do país é marcada por 33,1 milhões de indivíduos enfrentando situação de fome. No estado do Amazonas, os índices de insegurança alimentar ultrapassam a média nacional, com 26% da população vivendo em condições gravemente precárias. A insegurança alimentar é categorizada em três níveis distintos: leve, caracterizada pela incerteza no acesso a alimentos ou comprometimentos na qualidade da alimentação; moderada, evidenciando a insuficiência de alimentos; e severa, indicando privação total de alimento e fome. Mesmo que a alimentação seja consagrada como um direito constitucional, esses indivíduos têm seus direitos sistematicamente negados, sendo privados do acesso a uma alimentação adequada, de qualidade e digna. (PENSAN, 2022)

Embora o Ministério da Saúde tenha seguido as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2006, elaborando o Guia Alimentar da População Brasileira, que passou por atualização em 2014, o documento se revela ineficaz para a parcela da população que enfrenta fome ou escassez de alimentos. O Guia Alimentar da População Brasileira, embora seja uma ferramenta valiosa para orientar a promoção da alimentação saudável, moldar programas sociais, ações governamentais, e capacitar pessoas a fazerem escolhas alimentares mais adequadas, acaba sendo inadequado para aqueles que recorrem ao consumo de ultraprocessados por serem mais acessíveis financeiramente. Esses alimentos, ricos em açúcares, gorduras e sódio, estão diretamente relacionados ao desenvolvimento de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. (BRASIL, 2006)

Esse relato de experiência tem como objetivo descrever a observação acadêmica realizada por estudantes do terceiro período do curso de Nutrição na prática de educação e saúde, com o foco na Promoção do direito à alimentação e saúde alimentar em uma instituição sem fins lucrativos, Casa Vhida, que atende a população que vive com HIV/AIDS e insegurança alimentar no estado do Amazonas.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Esse trabalho tem caráter descritivo resultante da atividade de extensão proposta pela instituição Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), aos estudantes do curso de Nutrição, tendo como local de atividade à Casa Vhida. A seleção dessa instituição foi cuidadosamente realizada pelas professoras Rosimar Honorato e Anny Brasil, considerando sua atuação em um projeto multidisciplinar voltado para crianças, adolescentes e suas famílias que convivem com o vírus HIV/AIDS, enfrentando um contexto de insegurança alimentar devido à vulnerabilidade social em que estão inseridos. O propósito da primeira visita que aconteceu em 14/03/2023 foi compreender a realidade dos profissionais da Casa Vhida e as dificuldades enfrentadas para manter o projeto em funcionamento. Um consenso destacou a dificuldade financeira como a principal questão, tanto para garantir a alimentação oferecida às crianças e famílias, quanto para custear os profissionais que prestam serviços odontológicos, nutricionais, sociais, pedagógicos e psicológicos.

Atualmente, a instituição atende a mais de 1000 beneficiários, com frequência de aproximadamente 130 a 150 apenas em Manaus, parâmetros que orientaram nosso plano de ação para a Atividade de Extensão. Em 17/03/2023, elaboramos nosso plano de ação, dividindo

a turma em grupos para analisar as diversas problemáticas e necessidades da Casa Vhida. Grupos específicos foram designados para trabalhar na arrecadação de cestas básicas e realizar palestras abordando temas relacionados à segurança e insegurança alimentar, fundamentados no conceito do Guia Alimentar da População Brasileira. O objetivo era conscientizar sobre as escolhas nutricionais realizadas por essas famílias, integrando-as à realidade em que estão inseridas, e informar sobre o direito constitucional a uma alimentação adequada, conforme preconizado pelo Direito à Alimentação Adequada (DHAA).

Em 20/05/2023, ocorreram as apresentações das palestras, a entrega das cestas básicas e dos lanches produzidos pelas alunas(os). Nesse contexto, foi possível visualizar integralmente o trabalho realizado pela turma e compreender como ocorrem as ações oferecidas pela Casa Vhida às famílias atendidas. Isso incluiu a observação da divisão dos públicos e o respeito à faixa etária de cada grupo em relação aos temas abordados. Além disso, foi possível analisar crianças que foram assistidas juntamente com suas famílias e que continuam frequentando a instituição até os dias atuais.

3 DISCUSSÃO

Mesmo com a disseminação do Guia Alimentar da População Brasileira, algumas famílias inseridas em programas sociais enfrentam restrições ao acesso a alimentos, devido à limitação financeira e ao elevado custo dos itens necessários para uma dieta equilibrada. Essa situação persistente cria obstáculos ao alcance de opções alimentares mais saudáveis, contribuindo para o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. Esses produtos, por sua vez, são associados ao crescimento das taxas de doenças crônicas ao longo do tempo. (NUPENS, 2022)

Para pessoas que vivem com HIV/AIDS (PVHA), a compreensão da importância da Nutrição pode ser deficitária. A falta de consciência sobre a interrelação entre alimentação, nutrição, imunidade e saúde pode resultar em consequências prejudiciais para o bem-estar. Uma dieta nutritiva, personalizada de acordo com as necessidades específicas de cada pessoa, exerce um papel essencial no aumento dos níveis de linfócitos T CD4, na otimização da absorção intestinal e na minimização dos efeitos adversos provocados por complicações como diarreia, perda de massa muscular e Síndrome da Lipodistrofia. Esses sintomas, de alguma forma, podem ser mitigados ou revertidos através de uma alimentação balanceada. (BRASIL, 2006)

Portanto, é crucial destacar que a nutrição adequada desempenha um papel significativo na redução de complicações de saúde e na promoção do equilíbrio imunológico, algo particularmente relevante para aqueles lidando com condições de saúde específicas, como a infecção pelo HIV. (BRASIL, 2006)

Reconhecendo a importância da alimentação adequada para pessoas que vivem com HIV/AIDS, o Ministério da Saúde criou no mesmo ano do Guia Alimentar da População Brasileira, o Manual Clínico de Alimentação e Nutrição na Assistência a Adultos Infectados pelo HIV, voltado para a educação dos profissionais de saúde e está disponível para a população. (BRASIL, 2006)

Em 2023, um estudo retrospectivo foi publicado na revista *The Lancet Regional Health*, conduzido por pesquisadores brasileiros da Universidade Federal da Bahia (UFBA) o objetivo da pesquisa, realizada no período de 2007 a 2015, foi destacar a associação entre determinantes sociais, particularmente a pobreza e vulnerabilidades sociais, e a incidência aumentada de casos de AIDS. A população analisada consistiu em participantes inscritos no Cadastro Único, totalizando 28,3 milhões de pessoas na época. Essa pesquisa representa a maior avaliação até então sobre os determinantes sociais e a AIDS no contexto brasileiro. (LUA et al., 2023)

A atividade de extensão foi realizada com um grupo específico composto por pessoas

vivendo com HIV/AIDS (PVHA) que enfrentam níveis moderados a graves de insegurança alimentar. Esses indivíduos são beneficiários de programas sociais governamentais e recebem assistência da Casa Vhida em Manaus.

Para uma estudante no terceiro período do curso de Nutrição, cuja perspectiva inicial era centrada na ideia de que a alimentação era um aspecto individual, ficou evidente que, ao abordarmos o tema da alimentação, estamos, em primeiro lugar, nos referindo a um contexto coletivo. A vulnerabilidade social observada na população atendida ressaltou a importância de garantir que todos tenham acesso adequado à comida, antes de se considerar uma abordagem individualizada que respeite as necessidades particulares de cada paciente.

Durante as palestras oferecidas, muitos participantes levantaram questionamentos e esclareceram dúvidas sobre o Guia Alimentar, o consumo de alimentos ultraprocessados e as doenças crônicas associadas a uma alimentação inadequada. Além disso, relataram a falta de acesso a informações relacionadas a uma alimentação mais saudável, adaptada à realidade financeira de todos. A experiência foi enriquecedora e, sem dúvida, contribuirá significativamente para o desenvolvimento da futura profissional que estou me tornando.

4 CONCLUSÃO

A experiência vivenciada na Casa Vhida por meio da atividade de extensão no campo da Nutrição, proporcionou uma profunda reflexão sobre a complexidade da segurança alimentar e a interconexão entre a alimentação, saúde e vulnerabilidade social. Diante da realidade de pessoas vivendo com HIV/AIDS e enfrentando insegurança alimentar, tornou-se evidente que a promoção do direito à alimentação adequada é um desafio que transcende as barreiras individuais e exige abordagens coletivas e integradas. (LUA et al., 2023)

Além disso, discussão sobre a ineficácia de políticas públicas em atender às necessidades daqueles em situação de vulnerabilidade resalta a necessidade de estratégias mais abrangentes e adaptadas à realidade financeira dessas famílias. A constatação de que algumas pessoas enfrentam restrições ao acesso a alimentos equilibrados devido à limitação financeira ou a dificuldade do acesso por questões geográficas, reforça a urgência de medidas que abordem não apenas a conscientização, mas também a garantia efetiva do acesso universal a uma alimentação adequada. (NUPENS, 2022)

Por isso, a relevância da nutrição adequada para indivíduos vivendo com HIV/AIDS foi destacada, enfatizando a importância da educação continuada e do suporte nutricional personalizado. O Manual Clínico de Alimentação e Nutrição na Assistência a Adultos Infectados pelo HIV, criado pelo Ministério da Saúde, desempenha um papel crucial nesse contexto, oferecendo orientações específicas para profissionais de saúde e pacientes. (BRASIL, 2006)

O estudo retrospectivo sobre os determinantes sociais e a incidência de casos de AIDS no Brasil, publicado na revista *The Lancet Regional Health*, resalta a necessidade de abordagens integradas que considerem não apenas os aspectos biomédicos, mas também as condições sociais que impactam a saúde da população. (LUA et al., 2023)

A atividade de extensão na Casa Vhida não apenas proporcionou a entrega de cestas básicas e a realização de palestras, mas também promoveu um diálogo significativo sobre escolhas nutricionais, conscientização dos direitos constitucionais à alimentação e a importância de uma abordagem coletiva na promoção da saúde alimentar.

Concluimos, portanto, que a garantia do direito à alimentação adequada é um compromisso coletivo que envolve ações integradas, políticas públicas efetivas e sensibilização contínua. A experiência na Casa Vhida reforça a necessidade de profissionais de saúde como nutricionistas, engajados e conscientes das questões sociais, contribuindo para uma abordagem mais holística e inclusiva na promoção da segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, Df: Ministério Da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual clínico de alimentação e nutrição na assistência a adultos infectados pelo HIV**. Series Manuais 71. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006

BRASIL - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022. TABELA 2 24 **Distribuição percentual de domicílios, segundo características sociodemográficas dos domicílios e da pessoa de referência, Brasil, macrorregião Nordeste e Unidades da Federação**. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022

LEÃO, M. M., RECINE, E., ROCHET, J., CÔRTEZ, N., MORAIS, J. G., & CARVALHO, A. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), 2013.

LUA, I. et al. The effects of social determinants of health on acquired immune deficiency syndrome in a low-income population of Brazil: a retrospective cohort study of 28.3 million individuals. **The Lancet Regional Health - Americas**, v. 24, n. 100554, 17 ago. 2023.

NUPENS. Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde. **Nupens USP**, 2022. Disponível em: <<https://www.fsp.usp.br/nupens/alimentos-ultraprocessados-e-a-inseguranca-alimentar-no-brasil/>>. Acesso em: 10 Janeiro 2024.

SATHLER, A. R. **Declaração Universal dos Direitos Humanos comentada [recurso eletrônico]**. 1. ed. Brasília: Edições Câmara, 2022.